

Parlamentares ganham aumento

Congresso

05 DEZ 1991

Na reunião secreta que deu continuidade ao encontro dos líderes, ontem, com o presidente da Casa, Ibsen Pinheiro, eles acabaram por aprovar com o voto contrário do PT apenas reajustes parcelados que vão elevar em aproximadamente 228 por cento seus próprios "salários" (subsídios e representação parlamentar) de Cr\$ 2 milhões, 603 mil e 460 para Cr\$ 6 milhões e 298 **brutos**, que se transformam em Cr\$ 1 milhão 750 mil após os descontos. Esse aumento não vale para os servidores do Legislativo — Câmara, Senado e Tribunal de Contas da União — que vão receber somente 62 por cento. Ainda que aprovados pelas lideranças, Ibsen preferiu, no entanto, contar com a assinatura de todos os deputados que aprovam esse aumento, no requerimento de urgência, para que o projeto seja votado, hoje, junto com o dos servidores do Executivo e do Judiciário. Ele quer que cada um dos parlamentares se responsabilize pelo aumento.

Os cálculos — ou justificativas — para que chegassem a tal valor foram a concessão dos 35 por cento a ser concedido como abono pecuniário a parte dos servidores do Plano de Classificação de Cargos (PCC) que os parlamentares receberiam retroativo a novembro; mais 20 por cento de antecipação que serão concedidos a todos os servidores em dezembro e, também neste mês, 102,58 por cento incidindo apenas na representação parlamentar. Hoje, o subsídio é de

Cr\$ 1 milhão, 529 mil 871 e a representação, Cr\$ 1 milhão, 73 mil e 588. Consideram justo o reajuste de 102,58 por cento porque é o mesmo índice proposto para uma parcela do Poder Judiciário e apenas dois por cento a mais do aumento que o Executivo propõe, na tabela de Cargos de Natureza Especial — 100 por cento — para o consultor-geral da República, secretário-geral da Presidência da República, chefe do gabinete militar, do Estado-Maior das Forças Armadas e do gabinete pessoal do Presidente da República, além dos secretários de todas as secretarias da Presidência, secretários-executivos, subsecretários-geral também da Presidência, como secretários-gerais do Ministérios das Relações Exteriores.

Com os salários defasados em mais 60 por cento, os parlamentares estão entre a cruz e a espada diante da opinião pública.

Diante da reação contrária do PT, os líderes sugeriram que os parlamentares que não concordassem com o aumento que assinassem um requerimento abrindo mão dos 102,58 por cento. Mais tarde, preferiram apelar para o requerimento de urgência que, ao contrário da prática, já está colhendo a assinatura individual de cada deputado. Resta apenas conversar com o Senado. Se houver acordo a proposta será votada hoje pelo menos na Câmara.